

CONFERÊNCIA LIVRE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS DIVERSIDADES - PARANÁ

RELATORIA

Objetivos e Importância da Conferência Nacional:

- A 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres tem como objetivo integrar propostas para o fortalecimento e criação de políticas públicas para mulheres, com uma perspectiva de transversalidade para a democracia e igualdade, garantindo força e representatividade em todas as suas diversidades.
- Visa fortalecer a participação efetiva das mulheres, elaborar um diagnóstico sobre suas condições de vida e lutas, organizar ações prioritárias, e fortalecer o diálogo entre governo e sociedade civil.
- A participação de mulheres com vivência em situação de rua é vista como crucial para trazer uma visão real das necessidades e desafios.

Em 15 de agosto de 2025, a cidade de Curitiba foi palco de um evento crucial: a Conferência Livre de Mulheres em Situação de Rua e suas Diversidades. Esta relatoria se propõe a documentar e analisar as discussões, propostas e encaminhamentos que emergiram desse encontro histórico. O objetivo foi dar voz e protagonismo a um grupo que, embora diverso e resiliente, é frequentemente invisibilizado e marginalizado.

Ao longo do dia, as participantes, majoritariamente mulheres em situação de rua, ativistas, pesquisadoras e representantes de organizações sociais, debateram temas urgentes como acesso a moradia, saúde, segurança e ao trabalho. A conferência destacou a importância de reconhecer as múltiplas identidades e realidades dessas mulheres, abordando interseccionalidades de raça, etnia, orientação sexual.

Esta relatoria, portanto, não é apenas um registro, mas uma ferramenta para amplificar as demandas e as soluções propostas pelas próprias mulheres, servindo como base para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes. A conferência aborda a demanda por justiça social e a luta pelos direitos de mulheres em situação de rua, com foco em equidade e superação de violências e preconceitos. É destacada a importância de tratar essas mulheres como pessoas com sonhos, histórias e dignidade, não apenas números.

Testemunhos e Experiências Pessoais - Mesa de abertura:

Diversas participantes compartilharam suas trajetórias de vida na rua, incluindo Sara, que é do Movimento Nacional da População de Rua e passou 10 anos fora de sua cidade antes de retornar para lutar pela causa.

Andreleia Barbosa, de Londrina, relatou sua experiência entre 2019 e 2020, que incluiu uso de substâncias, internação, e a perda da guarda de um filho, destacando a superação e o aprendizado em meio ao sofrimento. Ela enfatizou a importância de humanizar o olhar para pessoas em situação de rua, combatendo o preconceito de que estão nessa condição por escolha.

Outra participante, Sara, de Ponta Grossa compartilhou ter vivido na rua por dois meses, sem emprego e acessibilidade, e ressaltou que a rua pode ser um lugar de aprendizado sobre cooperação e amizade, onde se aprende a ver o outro.

Rosane, de São José dos Pinhais, emocionada relatou ter passado 14 anos em situação de rua após o falecimento da mãe e a perda da guarda dos filhos, expressando gratidão pelo acolhimento recebido e por se sentir útil com a economia solidária.

Desafios Enfrentados por Mulheres em Situação de Rua:

Feminicídio e Violência: Foram relatados casos recentes de feminicídio, como o de Michele Alves (estrangulada) e Franciele (Tié), assassinada em Ponta Grossa. Levantou-se a questão de como a saúde, educação, assistência e segurança estão chegando a essas mulheres.

Falta de Segurança: Mulheres em situação de rua sofrem vários tipos de abuso, que muitas vezes não chegam ao conhecimento público e são normalizados. Há vergonha em relatar essas violências.

Agressões e Violência Policial: Relatos de agressões por agentes de segurança (Polícia Militar e Guarda Municipal), com denúncias de espancamentos, retirada e rasgo de pertences/documentos, e tratamento desrespeitoso, causando trauma e levando ao consumo de drogas como forma de escape.

Retirada Compulsória de Crianças: Repúdio à prática da retirada compulsória de bebês de mães em situação de rua em hospitais, que são encaminhados diretamente para adoção, caracterizando uma violação dos direitos da mãe e da criança.

Propostas e Moções Prioritárias:

Após discussões em grupos temáticos (saúde, trabalho, moradia, segurança), as seguintes propostas foram apresentadas:

1. Segurança:

- a) Desenvolvimento de protocolos para agentes de segurança (Polícia Militar e Guarda Municipal) que visem cessar agressões e violações de direitos, com fiscalização interna, envolvimento de órgãos competentes e uso de câmeras corporais.
- b) Repúdio ao desrespeito à DPF (Declaração de Pessoas em Situação de Rua) e ao excesso de violência policial no Paraná.
- c) Moção de repúdio à violência policial e da Guarda Municipal, mencionando a violência física, emocional, e a retirada/rasgo de pertences e documentos.
- d) Demanda por acompanhamento e apresentação de resultados das denúncias de violência pelo Ministério Público.

2. Trabalho:

- a) Qualificação profissional para a população em situação de rua através de cursos para ocupação em cargos de trabalho em espaços públicos, visando o protagonismo de pessoas com essa trajetória (ex: educador social), com editais específicos para elas.
- b) Fortalecimento da economia solidária dentro das casas de acolhimento (produção de pães, bolos, artesanato).
- c) Oferta de cursos gratuitos e técnicos (SENAI, SESC) e luta pela carteira de habilitação para pessoas em situação de rua.

3. Moradia:

- a) Assegurar a implantação e implementação de uma política de moradia que inclua a participação da população em situação de rua, fazendo interface com outras políticas públicas.
- b) Inclusão de critérios de gênero, raça e tempo de rua para mulheres, mães, e pessoas racializadas como beneficiárias.
- c) Implantação e acesso a hotéis solidários com equipe multidisciplinar, reconhecendo que, embora o ideal seja a "moradia primeira", esta é uma realidade inicial em muitos municípios (ex: Ponta Grossa, onde um projeto de aluguel solidário foi vetado).

- d) Criação de casas de acolhimento para gestantes em situação de rua, para evitar a perda da guarda dos filhos.
- e) Execução de programas de moradia que possibilitem a geração de renda e acesso ao trabalho com base na escolha das beneficiárias, evitando o assistencialismo.
- f) Qualificação continuada para servidores públicos e equipes técnicas, com foco em humanização e estratégias de redução de danos.
- g) Sugestão de uso de verbas do programa "Minha Casa, Minha Vida" para restaurar casas abandonadas em áreas centrais, transformando-as em moradias populares para mulheres em situação de rua e migrantes. Defesa da equidade, reconhecendo que a riqueza de uns reflete a falta para outros.

4. Saúde:

- a) Priorização e atendimento humanizado em todos os níveis de atenção, com ampliação de horários, priorização de especialistas, exames e procedimentos, e flexibilização de horários.
- b) Criação de centros de saúde e referências específicos para gestantes em situação de rua, com contratação de mulheres com trajetória de rua para trabalhar nesses centros.
- c) Garantia de equipes do "Consultório na Rua" nos municípios, assegurando atendimento nos locais onde as mulheres permanecem, com busca ativa.

Eleição de Delegadas:

A conferência prevê a eleição de delegadas (titulares e suplentes) para a etapa nacional da conferência.

A importância do compromisso das eleitas em levar as discussões e propostas levantadas na conferência local para a etapa nacional foi enfatizada.

Candidatas como Larissa (coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua em Ponta Grossa), Edineia (de Curitiba, com 10 anos de rua e atuação em acolhimento), Andreleia (de Londrina) e Sara (coordenação em Curitiba do MNPR e mobilizadora social) se apresentaram, destacando suas experiências e o compromisso de lutar por direitos iguais e equidade para todas as mulheres em situação de rua.